

**MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: UM OLHAR ANALÍTICO SOBRE INICIATIVAS  
PÚBLICAS E DO TERCEIRO SETOR EM SÃO PAULO**

Área temática: Administração Pública, Governo e Terceiro Setor

## RESUMO

Nos últimos anos, o aumento da população em situação de rua em cidades brasileiras de médio e grande porte tem chamado a atenção. Se a condição dessa população em geral já é bastante vulnerável, às mulheres em situação de rua possuem uma complexidade ainda maior. O objetivo do artigo é analisar as experiências das mulheres em situação de rua ao serem usuárias de serviços públicos e de iniciativas do terceiro setor implementadas no Município de São Paulo. Três estratégias metodológicas foram utilizadas: análise documental, observações de equipamentos e organizações, e entrevistas semi-estruturadas com 31 pessoas, sendo 18 gestores de equipamentos/serviços e 13 mulheres usuárias destas iniciativas. Os resultados mostram que, além da demora na estruturação destes serviços específicos para as mulheres quando comparados internacionalmente, os desafios cotidianos podem ser agrupados em: organização e infraestrutura do serviço; acesso e atendimento das demandas e; articulação e desarticulação entre as iniciativas. Ainda que estes desafios tenham sido identificados em São Paulo, o artigo mostra a complexidade de um problema crescente e que demanda maior atenção tanto dos diferentes governos, como de toda a sociedade brasileira.

**Palavras-chaves:** Mulheres em situação de rua; mulheres trans e travestis; serviços públicos; terceiro setor.

## ABSTRACT

In recent years, the increase in the homeless population in medium and large Brazilian cities has drawn attention. While this population is generally quite vulnerable, homeless women face even greater complexities. The aim of this paper is to analyze the experiences of women in homelessness as they interact with public services and third-sector initiatives implemented in the Municipality of São Paulo. Three methodological strategies were employed: document analysis, observations of services and organizations, and semi-structured interviews with 31 individuals, including 18 managers of services and 13 women who use these initiatives. The results reveal that, in addition to the delay in the development of these specific services for women compared to international standards, daily challenges can be grouped into: organization and infrastructure of the service; access and response to needs; and articulation and disarticulation between initiatives. Although these challenges were identified in São Paulo, the paper highlights the complexity of a growing problem that requires increased attention from both various levels of government and the entire Brazilian society.

**Keywords:** Homeless women; transgender women; public services; third-sector.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o aumento da população em situação de rua em cidades brasileiras de médio e grande porte tem chamado a atenção da sociedade. Ainda que algumas políticas federais tenham sido criadas desde o primeiro mandato do Presidente Lula – incluindo a Resolução nº 145/2004, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a promulgação da Política Nacional da População em Situação de Rua (PNPR) em 2009, e a Resolução 109/2009 do CNAS que criou a Rede Socioassistencial e os centros de referência da assistência social, como o Centro de Referência para População em Situação de Rua (Centro Pop) – a atuação governamental não parece suficiente para lidar com esse problema crescente.

Se a condição dessa população em geral já é bastante vulnerável, as mulheres em situação de rua possuem condições específicas que tornam seus cotidianos ainda mais complexos. Serafino e Luz (2015) constatam que, anos depois, o atendimento local à população em situação de rua ainda não avança significativamente em relação aos princípios da PNPR. Segundo as autoras, muitas ações continuam a reproduzir desigualdades em vez de oferecer reais oportunidades e possibilidades para esse segmento social (Serafino; Luz, 2015).

O maior município do Brasil, São Paulo, foi pioneiro no reconhecimento da condição da população em situação de rua como um problema público, pois desde 1997 a prefeitura presta atendimento a essa população (Costa, 2013). Em 2001, a prefeitura regulamentou o Programa de Atenção à População de Rua, em que havia abrigos/albergues especiais para mulheres vítimas de violência ou com crianças, enquanto mulheres solteiras podiam acessar serviços gerais. No entanto, as políticas de reinserção social, como moradias provisórias e definitivas, não previam atendimento específico ou prioritário para mulheres. Após integrar a Rede Socioassistencial em 2009, em 2010, o Município de São Paulo expandiu seus serviços e passou a oferecer o Centro de Acolhida Especial (CAE) para mulheres em situação de rua. Este serviço é orientado para o atendimento exclusivo de mulheres, sejam elas cisgênero, ou transexuais e travestis, solteiras ou com suas crianças.

Atualmente, mulheres cisgênero, mulheres transexuais e travestis, representam segundo o Censo da População em Situação de Rua - 2021 (São Paulo, 2021), respectivamente, 16,9%, 0,8% e 0,2% da PSR presente no Município de São Paulo. Elas sobrevivem em um universo majoritariamente masculino e possuem uma trajetória de vida e necessidades em situação de rua diferentes em relação ao restante da PSR, devido a sua identidade de gênero (Rosa e Brêtas, 2015; Sanchoatene; De Antoni e Munhós, 2019; Mendes, Jorge e Pilecco, 2019; Monteiro e Brigadeiro, 2019).

A partir de uma abordagem qualitativa baseada em análise documental, observações de equipamentos e organizações, e entrevistas semi-estruturadas com 31 pessoas, sendo 18 gestores de equipamentos/serviços e 13 mulheres usuárias destas iniciativas, o objetivo deste artigo é analisar as experiências das mulheres em situação de rua ao serem usuárias de serviços públicos e de iniciativas do terceiro setor implementadas no Município de São Paulo. Para isso, o artigo conta com quatro seções além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta o referencial teórico da literatura sobre mulheres em situação de rua e também mulheres trans e travestis em situação de rua. A seção seguinte apresenta a metodologia e os métodos de pesquisa adotados. Na terceira seção apresentamos os resultados da pesquisa, utilizando os trechos das entrevistas realizadas, que

serão discutidos na quarta seção. Finalizamos o artigo com as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 As mulheres em situação de rua: trajetórias e vivências

Os principais estudos sobre mulheres em situação de rua no mundo surgiram durante a década de 80, com o aumento de mulheres na população, majoritariamente masculina, de pessoas em situação de rua. Nesta época, havia poucos artigos que analisavam a população em situação de rua com base no sexo, e a maior parte foi realizada nos Estados Unidos. Stoner (1983), por exemplo, identificou que em Nova Iorque, “muitas mulheres e adolescentes reportaram terem deixado suas residências após repetidos incidentes de abusos cometidos por seus cônjuges, estupros, incesto e deserção” (p.4, tradução nossa). A vulnerabilidade sofrida pela ineficácia de políticas voltadas à violência contra mulher se intensificava com a exclusão de suas especificidades na concepção de políticas para população em situação de rua, as levando a buscar serviços de organizações sem fins lucrativos (Stoner, 1983).

Entre 1984 e 1988, houve um aumento nas famílias em situação de rua, especialmente mulheres com crianças nos Estados Unidos, o que levou a um aumento dos recursos públicos para abrigos e a mais pesquisas acadêmicas sobre o tema. Ao compararem os dados sociodemográficos de mulheres com crianças e mulheres solteiras, os estudos mostram que as razões para se estar nesta situação e a vivência na rua se mostraram estatisticamente diferentes. As mulheres sem crianças em situação de rua, por exemplo, eram geralmente mais velhas, brancas, e exibiam altos níveis de distúrbios. Elas também tinham maior probabilidade de estar há mais tempo na rua, serem hospitalizadas por problemas de saúde mental e enfrentarem questões relacionadas ao uso abusivo de substâncias (Johnson; Krueger, 1989).

Burt e Cohen (1989) observam uma diferença na rapidez com que o governo oferece camas para famílias em comparação com pessoas solteiras. Essa disparidade perpetuou a dificuldade de acesso a serviços de assistência para mulheres solteiras em situação de rua, pois a imagem de crianças nas ruas mobiliza recursos mais rapidamente para elas do que para pessoas solteiras com problemas de saúde mental e álcool. Para os autores, isso pode ter criado “hierarquias de merecimento” entre as pessoas em situação de rua ao serem atendidas nos serviços de assistência.

Com base na literatura brasileira, os primeiros estudos sobre mulheres em situação de rua começaram a surgir após a aprovação da PNPR. Por meio do primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (SAGI, 2009), foi possível saber o perfil sociodemográfico e o percentual de pessoas nesta condição no país. As mulheres eram a menor parcela desta população e de acordo com Quiroga e Novo (2009), como a principal razão para situação de rua era a perda da moradia (22,56%), diferente dos homens, as mulheres tinham a rua como a última alternativa para sobrevivência. Rosa e Brêtas (2015) apontam que, há mulheres que, ao serem reféns da violência doméstica e intrafamiliar<sup>1</sup>, ficam em

---

<sup>1</sup> No Brasil, não havia práticas jurídicas e judiciárias no enfrentamento de crimes contra a mulher até a promulgação da Lei nº 11.340, mais conhecida como “Lei Maria da Penha”, de 2006 (Debert & Gregori, 2008, p.168). A criação desta lei é uma tentativa de assegurar proteção especial às mulheres e meninas vítimas de violência.

situação de rua pela falta de recursos e suporte familiar e social, diferente do que acontece com os homens.

Para além dos desafios relacionados à sobrevivência de se estar em situação de rua, como alimentação, higiene, repouso, exposição aos efeitos das mudanças climáticas, entre outros; as mulheres também sofrem com desafios fisiológicos e sociais específicos devido ao gênero. Biscotto *et al.* (2016) verificam em um albergue para adultos em Minas Gerais que, as limitações de acesso aos serviços, como o horário e dia de funcionamento, tornaram a jornada das mulheres que menstruam mais árdua sem a devida e regular higienização.

Ademais, os estudos neste tema sempre reforçam que a mulher em situação de rua tende a estar mais vulnerável a violências físicas e sexuais devido ao gênero. A partir do diálogo com usuárias do Centro Pop de Porto Alegre, Sanchotene, De Antoni e Munhós (2019) conferem que as violências sofridas por mulheres no âmbito doméstico não só atravessam para o espaço público, mas que pela situação de precariedade delas, o homem se aproveita para abusá-las em troca de suprir suas necessidades de sobrevivência.

Salatino, Miranda e Lotta (2019) ao investigar três centros de acolhida, descobre que a gestão de cada espaço possui regras do cotidiano diferentes entre si, variando com relação ao horário de acesso ao serviço, tempo máximo de acolhimento e a responsabilidade da limpeza dos espaços (das usuárias ou da equipe do serviço). Isso deve-se ao fato dos centros de acolhida estarem sob a gestão da rede conveniada da Prefeitura, que são organizações da sociedade civil que, a partir de recursos públicos, fazem a coordenação do espaço, segundo um Plano de Trabalho validado pela SMADS. Salatino, Miranda e Lotta (2019) apontam que as equipes dos centros de acolhida ocupam um espaço de promoção de direitos e cidadania das mulheres, inclusive influenciam na concepção sobre a forma ideal dessas mulheres se comportarem, exercerem sua maternidade e sexualidade.

## 2.2 As especificidades nas vivências de mulheres trans e travestis em situação de rua

É importante ressaltar que, na revisão da literatura, o termo “mulheres em situação de rua” no geral está associado a condição que mulheres cisgênero vivenciam em sua trajetória de rua, invisibilizando a existência das pessoas transexuais e travestis<sup>2</sup>, que também sofrem com os estigmas, preconceitos e discriminação pela identidade de gênero e condição de rua, mas de forma acentuada, devido a transfobia que é reproduzida culturalmente na sociedade.

A transfobia, o preconceito sofrido por pessoas transexuais e travestis, é resultado da visão de que o gênero é determinado a partir do sexo biológico, porém, Jesus (2012b) coloca que o gênero é socialmente construído. Ao desviarem da identificação tradicional de gênero vinculada ao sexo biológico, as mulheres trans e travestis são vistas como anormais e acabam vivenciando a exclusão extrema, com dificuldades de acesso a direitos civis básicos e o reconhecimento de sua identidade.

Mendes, Jorge e Pilecco (2019), identificam que as pessoas trans têm como fator comum o conflito familiar gerado por causa das questões de gênero, em que a saída de casa acontece ainda na infância e/ou adolescência delas. A quebra do

---

<sup>2</sup> As travestis foram inseridas nesta pesquisa pois a literatura enxerga a vivência das mulheres transexuais e travestis de maneira agrupada, sendo os termos “mulher e homem trans(exuais)” recentes na identificação dessa população.

vínculo familiar as leva à situação de rua, em que a prostituição torna-se uma das poucas alternativas para ter renda e conseguir sobreviver nas ruas, deixando-as expostas a contração de doenças sexualmente transmissíveis.

A violência contra mulheres trans e travestis é cometida por pessoas diversas, companheiros, desconhecidos e burocratas de nível de rua do Estado, como os policiais. Na literatura, o nome social das mulheres trans, quando retificado na certidão de nascimento, tende a ser respeitado ao acessar equipamentos de saúde, porém, elas também sofrem com as dificuldades de acesso aos serviços públicos pela falta de informação e excesso de burocracia. Logo, elas criam estratégias como aprender e ter “consciência de direitos de cidadania e conhecimento do funcionamento das regras das instituições públicas” (Monteiro; Brigadeiro, 2019, p.5) para conseguir lutar pelo direito já garantido em lei de ser atendida com respeito e dignidade.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

O artigo é baseado em pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, com análise documental de documentos públicos e regulações municipais sobre a estruturação das políticas públicas para mulheres em situação de rua ao longo do tempo no Município de São Paulo, bem como a realização de entrevistas semi-estruturadas com representantes das iniciativas públicas e do terceiro setor que atuam na cidade de São Paulo (gestores, coordenadores e equipe técnica), ofertando serviços públicos de proteção especial que atendem mulheres em situação de rua e de iniciativas do terceiro setor, além de entrevistas com mulheres usuárias das políticas para população em situação de rua<sup>3</sup>.

O critérios de seleção das usuárias das iniciativas foi: 1) se identificar como mulher (cisgênero ou trans/travesti); 2) idade acima de 18 anos; 3) indicadas pelo gestor das iniciativas públicas e do terceiro setor; 4) Não precisarem de assistência para se comunicar verbalmente e com clareza; 5) Não devem se apresentar sob efeitos de substâncias psicoativas como álcool e outras drogas no momento da pesquisa.

Todas as entrevistas tiveram como inspiração o trabalho de Spink (2008) e tiveram abordagem semi-estruturada, contando com um questionário para cada grupo de entrevistados. As entrevistas foram concedidas em sala privativa, geralmente nas dependências do serviço, no formato presencial ou remoto (quando não havia outra possibilidade) e a depender da disponibilidade das (os) entrevistadas (os). Foram realizadas 18 entrevistas com representantes das iniciativas e mediante indicação destes, foram feitas 13 entrevistas com mulheres usuárias de tais serviços, das quais (7) são mulheres cisgênero e (6) são mulheres trans/travesti. Nem todas as iniciativas indicaram usuárias e outras indicaram entre uma a três usuárias. Todas as iniciativas foram visitadas presencialmente, com aplicação da observação não-participante para coletar dados empíricos sobre o funcionamento dos serviços, através de conversas informais e registros em diário de campo.

Com exceção da entrevista com coordenador do Centro Pop (2) que foi

---

<sup>3</sup> Para realização de entrevistas, o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Conformidade Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da FGV (CEPH/FGV), sob o protocolo nº 432/2023, e ao Comitê Permanente de Avaliação de Pesquisa da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo.

realizada com anotações em caderno de campo da pesquisadora, devido a impossibilidade de privacidade e ruído da execução do serviço, todas as entrevistas foram gravadas em mídia digital, com anuência das (os) entrevistadas (os) mediante leitura e consentimento registrado ou pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) da pesquisa ou gravação de voz. As entrevistas foram realizadas de dezembro de 2023 a janeiro de 2024 e, após a transcrição, foram analisadas segundo a análise de conteúdo (Silva; Fossá, 2015) dos dados coletados. Os resultados das iniciativas de acolhimento são apresentados e discutidos com base no referencial teórico. A transcrição das falas foi ajustada para eliminar vícios de linguagem e garantir clareza, mantendo correções mínimas de concordância gramatical. As informações foram anonimizadas e codificadas para proteger a identidade dos participantes, com códigos que indicam o grupo de origem e uma sequência numérica. No Quadro 1 e Quadro 2, é possível conferir a relação de entrevistados(as) e seus respectivos códigos.

**Quadro 1** - Relação de gestores entrevistados e iniciativas

<b>Código do(a) entrevistado(a)</b>	<b>Cargo</b>	<b>Nome da Iniciativa / Organização</b>
G1	Fundador(a)	Centro Gaspar Garcia
G2	Fundador(a)	Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo (MEPSRSP)
G3	Fundador(a)	Rede Rua
G4	Fundador(a)	Coletivo Tem Sentimento
G5	Fundador(a) e Coordenador(a) Geral	Centro de Convivência Casa Chama
G6	Gestor(a)	Unidade de Acolhimento (UNA)
G7	Gestor(a) de Parcerias	Centro Pop (1)
G8	Gestor(a) de Saúde	Consultório na Rua
G9	Coordenador(a)	Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua (CDP Pop Rua) - Unidade Móvel
G10	Coordenador(a)	Centro de Acolhida Especial para Mulheres
G11	Coordenador(a)	Centro Pop (2)
G12	Coordenador(a)	Estação Cidadania
G13	Coordenador(a)	Programa Reviravolta
G14	Coordenador(a)	Núcleo de Convivência para Adultos (1)
G15	Coordenador(a)	Núcleo de Convivência para Adultos (2)
G16	Coordenador(a) Pedagógica	Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama
G17	Assistente Social	Centro de Acolhida para Adultos
G18	Assistente Social	Centro de Acolhida para Adultos

Fonte: Elaboração Própria.

**Quadro 2** - Relação de mulheres usuárias das iniciativas

<b>Código da entrevistada</b>	<b>Características Sociodemográficas</b>	<b>Situação em relação à situação de rua por ocasião da pesquisa</b>
M1	Travesti, 33 anos, Parda, São Paulo	Aluguel

M2	Mulher cisgênero, 42 anos, Parda, São Paulo	Aluguel em Pensão
M3	Travesti, 29 anos, Preta, São Paulo	Aluguel
M4	Mulher cisgênero, 56 anos, Branca, São Paulo	Acolhida em CAE Mulheres
M5	Travesti, 37 anos, Preta, Rio de Janeiro	Está em situação de calçada
M6	Travesti, 39 anos, Preta, Amazonas	Está em situação de calçada
M7	Mulher trans, 46 anos, Parda, São Paulo	Está em situação de calçada
M8	Mulher cisgênero, Rio de Janeiro	Está acolhida em hotel social
M9	Mulher cisgênero, Preta, Nordestina	Aluguel, antes estava em situação de despejo
M10	Travesti, 34 anos, Rio Grande do Sul	Está acolhida em hotel social
M11	Mulher cisgênero, 65 anos, Negra, São Paulo	Está em centro de acolhida com pernoite
M12	Mulher cisgênero, Parda, São Paulo	Está em ocupação no centro de São Paulo
M13	Mulher cisgênero, Parda, São Paulo	Está em ocupação no centro de São Paulo, mas tem residência fixa em Poá

Fonte: Elaboração Própria.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 As iniciativas para mulheres em situação de rua na ótica das(os) entrevistadas (os)

A maioria dos representantes das iniciativas entrevistadas possui formação acadêmica em serviço social (8 pessoas) e o tempo de experiência profissional com a PSR entre os 14 entrevistados varia de aproximadamente 3 anos a quase 50 anos, uma média de 10,5 anos.

No caso das mulheres usuárias dos serviços que foram entrevistadas, a idade varia de 29 anos a 65 anos, em que 6 se identificam como mulheres trans e/ou travestis e 7 como mulheres cisgênero. A causa mais frequente para situação de rua apontada pelas travestis foi a quebra de vínculo familiar devido à transfobia (4/6), enquanto a razão das mulheres cisgêneros variou entre desemprego e dependência química de álcool e outras drogas. No geral, o motivo de permanência na rua esteve associado com a dificuldade de acessar oportunidades de empregabilidade e em custear um aluguel, discriminação e o uso abusivo de álcool e outras drogas.

As entrevistas resultaram em 3 categorias de desafios: organização e infraestrutura do serviço; acesso e atendimento das demandas e; articulação e desarticulação entre iniciativas, apresentados a seguir.

#### **Organização e infraestrutura dos serviços/iniciativas**

Os serviços das organizações que participaram deste estudo estão majoritariamente localizados na região central do Município de São Paulo. O principal critério na escolha de imóveis para implantação de equipamentos é a localização em regiões com maior concentração de população em situação de rua, especialmente na região central de São Paulo. Outro critério mencionado é a necessidade de que o espaço possua tamanho e infraestrutura adequados para o serviço. Esses critérios geram desafios na escolha dos locais, especialmente para



serviços públicos, devido à indisponibilidade de imóveis adequados na região central e ao grande fluxo de pessoas atendidas, o que exige adequações nos espaços antes de iniciar as atividades.

E no caso da Estação, aquele espaço foi o único que nós achamos, não é o ideal, longe, longe de ser o ideal. Aliás, esse é um problema na política pública hoje em São Paulo, né? Os equipamentos estão muito aquém da função que ele tem. Por exemplo, não tem hoje uma construção feita pra ser um espaço de acolhida, né? Todos eles adaptados: são galpões, antigas fábricas, né? [...] Então, você tem que fazer milagre, né? (G3)

A acessibilidade dos serviços também é um critério destacado por alguns gestores na escolha do espaço. No entanto, nem sempre é possível atender a essa expectativa, o que limita o acesso e mobilidade de determinadas usuárias dos serviços, como idosas e pessoas com deficiência física.

Particularmente nos centros de acolhida e nos núcleos de convivência, os espaços destinados enfrentam problemas estruturais que estão além da responsabilidade das organizações conveniadas. Isso resulta em gastos contínuos de manutenção e compromete a qualidade dos serviços oferecidos.

Disseram que ele passou por uma reforma, o espaço do centro de acolhida tem mais de 10 anos, esse serviço é bastante antigo e depois não teve nada. O que teve foi a manutenção que cabe aos terceirizados fazerem, mas a questão estrutural mesmo cabe ao proprietário (G7).

Os gestores dos equipamentos públicos entrevistados utilizam critérios objetivos para dividir os espaços de atendimento devido às limitações de infraestrutura. Eles priorizam a segurança e a privacidade das mulheres, separando áreas femininas e masculinas em centros de acolhida e unidades de acolhimento, e controlam o acesso para evitar a interação entre gêneros opostos. Em serviços de porta aberta<sup>4</sup>, onde há menos mulheres, a gestão prioriza seu acesso à alimentação e banho.

A gente tem uma divisão de primeiro subir as mulheres, para que não haja nenhum desconforto. Elas ficam no penúltimo andar do prédio para que os homens possam ficar nos outros depois, para que eles não tenham acesso a elas, para não haver nenhum tipo de constrangimento, de preconceito. Enfim, a gente sabe que acontece com mulheres cis, quem dirá com mulheres trans, né? (G6)

Nos serviços de acolhimento provisório com vagas fixas, foi mencionado que a divisão dos espaços de repouso e banho também leva em consideração as opiniões das mulheres sobre a separação entre mulheres cisgênero, mulheres trans e travestis. O conforto das mulheres e a prevenção da transfobia são fatores relevantes para a separação dos ambientes, embora, em alguns casos, o tamanho do espaço limita as possibilidades de personalizar ainda mais o serviço.

No entanto, essa divisão não é padrão nos serviços mistos, o que deixa as mulheres vulneráveis ao assédio e a discriminação devido ao gênero.

---

<sup>4</sup> Serviços de “porta aberta” são aqueles que podem ser acessados diretamente e sem restrições pela população em situação de rua, enquanto os serviços de “porta fechada” são acessados através de serviços intermediários, como Centro Pop e SEAS, e possuem um público-alvo específico.

Quanto às regras de funcionamento dos serviços, foram identificados protocolos formais e informais que visam garantir a proteção das mulheres contra a violência de gênero. Em todas as iniciativas investigadas que atendem mulheres - sejam públicas ou do terceiro setor, espaços mistos ou específicos para mulheres, de porta aberta ou fechada -, quando ocorre uma situação ou tentativa de violência contra mulher, a prioridade é proteger a vítima, isolando-a do contato com o agressor e/ou companheiro. Algumas iniciativas também acionam a Guarda Civil Municipal (GCM) ou a Patrulha Maria da Penha para retirar a mulher do local.

Então, se alguma coisa muito forte que acontece, quando a gente vê ali, normalmente, o protocolo daqui quando tem briga, a gente fecha a porta, né? Fecha a porta, a mulher fica dentro, o homem fica lá fora e fecha a porta. E aí, algumas vezes a GCM quando vem, eles levam essas mulheres para outros equipamentos, para tirar daqui (G15).

Os serviços específicos (públicos e do terceiro setor) para mulheres costumam proibir formalmente o acesso de homens ao espaço de atendimento, com o objetivo de criar um ambiente seguro e acolhedor para todas as mulheres, independentemente de o homem ser ou não companheiro de uma usuária.

Outra coisa, a gente não aceita, por exemplo, os maridos no espaço, muitas meninas são casadas e têm muitas dessas sofrem violência doméstica, violência dos companheiros. Então, aqui é um momento de respiro para isso e aqui também é o momento em que a gente consegue trabalhar essas questões com elas. Então, se tiverem homens cis, ou pessoas cis aqui dentro, elas não vão sentir seguras para trazer essas coisas (G5).

Por outro lado, as iniciativas que atendem ao público misto frequentemente evitam receber casais como uma regra informal para prevenir conflitos relacionados à ciúmes, reduzindo o risco de ocorrências de violências tanto entre os casais quanto com outros usuários.

### **Acesso e atendimento das demandas**

A maioria das iniciativas públicas mapeadas neste estudo e que tiveram os gestores entrevistados, com exceção do Centro de Acolhida Especial para Mulheres, foram pensadas para atender às necessidades básicas para sobrevivência do público majoritário da população em situação de rua, que é o público masculino. Pela perspectiva dos gestores, mesmo que haja consciência das necessidades e vulnerabilidades específicas das mulheres cisgênero, trans e travestis em situação de rua, devido à escassez de recursos, os serviços tendem a priorizar o maior público atendido. Os serviços que atendem especificamente às mulheres enfrentam grandes dificuldades para se manterem, pois o público-alvo é visto como menos merecedor dos fundos.

E a gente não consegue atender todos, porque como eu te falei, é uma política baseada numa linha machista mesmo, né? Por exemplo, a gente ter conseguido colocar nas prestações de conta a questão menstrual foi uma loucura, né? Que é uma necessidade, né? (G3)

Novos subgrupos de mulheres começaram a usufruir dos serviços para população em situação de rua desde a pandemia, devido a crise econômica e

desemprego, resultando na expansão de serviços públicos para famílias e a dificuldade de atender ainda mais esse segmento, mesmo com o aumento de repasse dos recursos da prefeitura.

Durante a pandemia, a crise econômica foi tão aguda que a gente começou a ver muitas famílias na rua. Então, a questão do desemprego e a impossibilidade de pagar aluguel leva muitas, muitas famílias. Então, hoje em dia você vê menos mulheres sozinhas e mais mulheres com seus companheiros e as suas crianças [...] (G16).

Geralmente, o conhecimento sobre as atividades dos serviços chegam à população pelos usuários mais antigos, através da indicação. De acordo com as usuárias das iniciativas, alimentação é o serviço que menos há questões para acessar: “É difícil falar isso, mas quando eu estava na rua, foram os dias que eu mais comi. Agora também porque eu estou na ocupação. Na verdade, depois que eu conheci o Centro de São Paulo, só fica sem comer quem quer, ainda mais aqui no senhor Robson...” (M12).

Os centros de acolhida foram acessados de maneiras diferentes pelas mulheres, algumas foram abordadas na rua pelo Serviço Especial de Abordagem Social (SEAS) e/ou ligaram no SP 156 (Portal de Atendimento da Prefeitura de São Paulo) pedindo vagas - principalmente as mulheres trans e travestis -, ou através do Centro Pop, ou da articulação dos demais equipamentos da rede pública ou do terceiro setor. Nesses casos, as mulheres apontaram que, nos últimos anos, é mais difícil encontrar vagas, principalmente em equipamentos especializados, os quais oferecem mais segurança e as condições mínimas e oportunidades que contribuem no processo de reinserção social das mulheres.

Para entrar no Florescer? Foi um pouquinho dificultoso, porque só existe Florescer I, Florescer II e Casarão Brasil, mas não existem só 90 meninas. Então, foi meio que sorte conseguir vaga (M6).

Algumas usuárias afirmam que preferiam ficar em situação de calçada, em barracas, ou eram simplesmente levadas a isso, pois as regras de funcionamento dos centros de acolhida são limitantes em sua rotina nas ruas.

[...] E aí, eu perdi a vaga por falta, porque assim, você tá no albergue, a gente que é travesti, a gente quer se prostituir para conseguir um dinheirinho para comprar um creme no outro dia, uma maquiagem. E nessa que a gente sai a noite para se prostituir, e aí, você voltava no albergue e passou a quantidade de falta, você é desligada. Então, para a gente tá na rua, sem oportunidade, até fazer a prostituição a gente voltava para rua, tudo fazia que a gente ficasse na rua (M1).

Com relação ao atendimento pessoal das usuárias, muitos gestores afirmam que, para realizar o acolhimento de mulheres cisgênero, trans e travestis em serviços mistos, priorizam contratar profissionais da equipe técnica - especialmente monitores e/ou orientadores - que possuam a mesma identidade de gênero das usuárias dos serviços e/ou que tenham experiência profissional com o atendimento de pessoas em situação de rua.

[...] nós temos monitoras femininas para o café, monitoras femininas para o banho, monitoras femininas para o jantar e assim por diante. Tudo a gente tenta... temos contratação de mulheres trans também, que é para que elas possam ali se sentir à vontade, cada uma na sua

letra da... dali do alfabeto LGBTQIAP+ (G6).

Através da percepção das usuárias, nota-se que a contratação de profissionais com uma trajetória de vida semelhante à do público-alvo do serviço e/ou qualificados e orientados a prestar um atendimento humanizado e empático, independente do estado físico ou mental da pessoa no momento do acolhimento, faz total diferença na experiência e permanência das usuárias no serviço. A ausência dessa prática é uma das reclamações mais recorrentes em suas falas.

Mas é uma questão de empatia, você se colocar... imagina, você toda suja, fedendo, passei a noite fazendo coisa errada, me drogando, né? Aí chega aqui mijada, de pé descalços, né? Aí elas iam lá, pegava uma roupa, uma roupinha limpa para mim, me botava para tomar banho e depois ficava de boa. (M10).

Além disso, alguns gestores também apontam que o atendimento das mulheres tendem a ter estratégias diferentes de abordagem, especialmente pela exposição a violações que elas estão submetidas devido ao gênero na situação de rua, assim como o suprimento de alguns utensílios básicos de higiene para as demandas fisiológicas de pessoas que menstruam.

### **Articulação e desarticulação entre iniciativas**

A articulação entre iniciativas ocorre devido à necessidade de complementaridade dos serviços oferecidos à população em situação de rua. Cada serviço cobre parte das demandas, especialmente no atendimento das necessidades básicas. Os gestores relataram que uma demanda recorrente, tanto da população em geral quanto das mulheres, é a necessidade de vagas fixas para acolhimento provisório. Para atender a essa demanda, os técnicos de serviços da SMADS se esforçam para articular ou encaminhar usuárias para os centros de acolhida, utilizando a Central de Vagas do município. Eles também podem requisitar vagas em outros centros e realizar o encaminhamento de forma mais eficiente.

Por outro lado, as demais secretarias da Prefeitura, como a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), não possuem acesso a esse canal e enfrentam os mesmos desafios de encaminhamento ao seguirem o fluxo de atendimento ofertado aos cidadãos, como o SP 156, o Centro Pop, SEAS e o Ampara. Porém, o bom relacionamento, em alguns casos, entre os técnicos dos serviços facilita esse processo de articulação.

O nosso Centro Pop de Referência aqui que é o Centro Pop Bela Vista, articula com a gente vagas todos os dias, não é igual era antigamente. Antigamente, as pessoas chegavam, eu conseguia encaminhar na hora. Eu ligava lá, falava que tem uma pessoa assim, por exemplo, uma mulher em situação de rua e sempre foi muito fácil conseguir encaminhamento para mulher. Hoje, tem muitas e acredito que os equipamentos não são tantos para dar conta. Então, hoje, sempre tem mulher que tá com uma vaga reprimida. (G15)

Quando há situações de violência contra as usuárias ou alguma questão de saúde física e mental, os serviços investigados, especialmente os públicos, acionam a Guarda Civil Municipal e o SAMU para dar suporte à situação, pois não possuem a formação necessária para lidar com essas questões sozinhos. Entretanto, os

gestores entrevistados notam que esse esforço de articulação com tais serviços é difícil, pois parece que o público-alvo dos serviços é considerado menos importante e não é tratado com a devida urgência que deveria.

Eu não tenho o acolhimento para as pessoas buscarem aqui. Por exemplo, se uma mulher sofre uma violência aqui, como é que eu mando ela lá para o outro lado, uma mulher, por exemplo, que tá machucada: eu aciono o SAMU para atender essa mulher. E aí, existe uma resistência também na saúde do SAMU para atender a população em situação de rua, principalmente, quando sabe que é. [...] Não é o mesmo atendimento que a gente tem no cidadão, que tem residência, que tem emprego fixo.” (G15)

Além disso, o diálogo com os serviços disponíveis para atendimento de mulheres em situação de violência também é um protocolo que gera um grande esforço de articulação. Alguns gestores apontaram enfrentar desafios para encaminhar as mulheres vítimas de violência e suas crianças à Casa da Mulher Brasileira pelas poucas vagas disponíveis para acolhimento e pela restrição de horário de atendimento dos equipamentos. Alguns atendimentos, inclusive, foram até negados quando a vítima não tem clareza se iria chegar a denunciar o agressor.

[...] Se uma mulher em situação de rua sofre a violência e ela tem a proteção da Lei Maria da Penha, ela não tem um abrigo para ela ficar. [...]. Então, ela é violentada muito também pelo Estado, por falta desses direitos que ela tem.” (G2)

## 5 DISCUSSÃO

Infelizmente, a ampliação da discussão sobre a quantidade e qualidade da oferta dos serviços de acolhimento para mulheres em situação de rua avançou de forma lenta. A revisão da bibliografia revela que isso ocorreu apenas com a criação da Política Nacional para População em Situação de Rua, quando coincidentemente, também houve maior produção acadêmica brasileira sobre a trajetória e vivência das mulheres cisgênero, trans e travestis em situação de rua, revelando as diversas vulnerabilidades e violências às quais estão expostas devido ao gênero, em uma sociedade que opera sob lógicas de poder patriarcais, machistas e transfóbicas, que perpassam do âmbito privado para o âmbito público, se sobrepondo aos estigmas, preconceitos e discriminações sofridos pela PSR (Mendes; Jorge; Pilecco, 2019; Monteiro; Brigadeiro, 2019; Rosa; Brêtas, 2015; Sanchotene; De Antoni; Munhós, 2019).

Nos últimos anos, os gestores perceberam um aumento na população feminina em situação de rua e, em resposta à pressão social, foram criados novos centros de acolhida para diferentes subgrupos de mulheres no Município de São Paulo, como mulheres trans e travestis, gestantes e puérperas, imigrantes e famílias. Apesar de a rede socioassistencial ser robusta e focada em atender às necessidades básicas da PSR, ainda há poucas vagas em serviços de acolhimento provisório que atendam às necessidades específicas desses subgrupos de mulheres, especialmente após os impactos da pandemia da COVID-19, desde 2020.

Aquelas iniciativas que não fazem parte da rede de serviços de acolhimento provisório da SMADS tentam articular vagas com técnicos parceiros desses serviços para facilitar o processo de atendimento de suas usuárias. Todavia, a articulação intersetorial entre SMADS e as demais secretarias é confusa e o encaminhamento

dos casos é difícil devido à ausência de vagas em relação à demanda. As iniciativas do terceiro setor, nesse caso, limitam-se a orientar suas usuárias a procurar os canais disponíveis pela Prefeitura, como o Centro Pop e o Portal 156, mas cientes da dificuldade de acessar vagas de acolhimento para essa população.

As usuárias afirmam que, em sua vivência nas ruas, dependem exclusivamente das iniciativas públicas e do terceiro setor para suprirem suas necessidades básicas, bem como Biscotto *et al.* (2016) afirmam em sua pesquisa. Além de buscarem os centros de acolhida como estratégia para não sofrerem violências sexuais e físicas.

Porém, as restrições impostas pelas regras formais e informais de funcionamento desses serviços criam barreiras para o acesso e a permanência das mulheres em situação de rua nos serviços públicos da cidade de São Paulo. Estudos apontam que as regras e normas de funcionamento de, por exemplo, centros de acolhida, geralmente não condizem com as necessidades específicas das usuárias e reproduzem violências de caráter institucional, indo no sentido contrário da proteção das mulheres e gerando maior sofrimento em sua vivência nas ruas (Biscotto *et al.*, 2016; Mendes; Jorge; Pilecco, 2019; Rosa; Brêtas, 2015; Sanhotene; De Antoni; Munhós, 2019). Ademais, o tratamento discriminatório dado por algumas equipes técnicas dos serviços ao trabalhar com essa população é outra face da violência institucional dos serviços públicos. Em sua vivência nos equipamentos de acolhimento provisório, as usuárias relataram problemas com transfobia, a aplicação desigual das regras formais do serviço (como o horário de entrada) e o benefício ofertado a algumas usuárias em detrimento de outras por “*correrem junto com eles*”.

Isso ocorre devido ao julgamento moral e à categorização das mulheres entre aquelas que são consideradas merecedoras de acesso integral aos benefícios das políticas do serviço e estão prontas para avançar no processo de reinserção social por corresponderem às expectativas de comportamento ideal dos burocratas de nível de rua, e aquelas que fogem desse padrão, mantendo-se à margem do serviço. Todavia, como afirma Salatino, Miranda e Lotta (2019) essas avaliações de merecimento tem o condão de reduzir ou (re)produzir desigualdades e geram sofrimento às mulheres pela individualização das decisões sobre o que elas têm (ou não) direito a acessar.

Por outro lado, os espaços que atendem apenas mulheres, especialmente as iniciativas do terceiro setor investigadas, são considerados tanto pelas usuárias, quanto pelos gestores, únicos e cruciais para garantir a segurança física e mental das mulheres em situação de rua. Eles cumprem um papel fundamental na redução de danos ao oferecer atividades socioeducativas e de inserção produtiva, proporcionando tempo, espaço de respiro e cuidado das violências sofridas em espaços do cotidiano das mulheres e de seus parceiros, bem como do uso abusivo de álcool e outras drogas.

A limitação de recursos públicos e filantrópicos para financiamento de iniciativas públicas ou do terceiro setor que atendam pessoas em situação de rua é destacado pelos gestores como principal dificultador de criar serviços específicos para mulheres, em que no fim muitos priorizam atender a maior parte da população em situação de rua, que seria a masculina, a qual está concentrada no centro da cidade de São Paulo.

O agrupamento de diferentes subgrupos de pessoas em um mesmo espaço para além das questões de violência de gênero, também precariza o atendimento de diferentes perfis de autonomia de usuárias e usuários. Os dois grupos de participantes deste estudo reportaram problemas de convivência e atendimento

relacionados a pessoas com questões de saúde mental ou sem condições de autocuidado e higiene. Estas pessoas não só estão descobertas pelo atendimento da Rede de Atenção Psicossocial no equipamento - pela ausência de profissionais da saúde nos espaços de acolhimento -, mas também geram um ambiente de insegurança e insalubridade aos demais usuários e aos técnicos dos equipamentos.

Além das questões relacionadas à precariedade da infraestrutura dos equipamentos, que são alocados em espaços adaptados, como galpões, antigas fábricas e prédios comerciais, a prioridade dada à localização dos serviços muitas vezes negligencia aspectos importantes como acessibilidade e sustentabilidade. Logo, reforçando o estigma de que os espaços públicos de acolhimento provisório deste segmento são “*depósitos de pessoas*”, por reproduzirem violências e desigualdades contra esse segmento (Serafino; Luz, 2015).

Por consequência, isso gera uma série de desafios, vulnerabilidades e violências para as mulheres no acesso aos serviços compartilhados com homens, especialmente para mulheres trans e travestis que estão expostas a assédios e violências sexuais, além da transfobia, até mesmo por parte de outras mulheres usuárias dos serviços (Mendes; Jorge; Pilecco, 2019). Com isso em vista, os gestores buscam formas de adequar o atendimento oferecido, seja na divisão dos espaços do serviço para priorizar a segurança e privacidade das mulheres, seja na priorização do atendimento delas nas filas de alimentação e banho. Foi apontado o respeito à identidade de gênero das usuárias nesse processo, diferindo dos resultados obtidos por Mendes, Jorge e Pilecco (2019). A disponibilização de absorventes, roupas e peças íntimas limpas, especialmente para pessoas e mulheres que menstruam, também foi destacada por algumas iniciativas.

A presença de homens nos serviços, apesar de facilitar o acesso de mulheres casadas ou namorando e que estão em situação de rua, gera a necessidade de criar códigos de comunicação entre as mulheres e as equipes dos serviços. Isso é feito para atender essas mulheres sem gerar riscos para a equipe ou motivos para a reincidência da agressão por parte de seus companheiros. Contudo, quando estas mulheres buscam ajuda para sair da situação de violência ou precisam de atendimento na saúde, os gestores sentem dificuldades no diálogo com a GCM, serviços da atenção primária do SUS e SAMU (com exceção do Consultório na Rua) e a Casa da Mulher Brasileira.

A articulação do atendimento das iniciativas públicas voltadas para esse segmento, junto à GCM e ao SAMU, é mais árdua devido à despriorização ou despreocupação dos demais serviços em atender casos de urgência de seus usuários. Segundo os gestores, a discriminação no processo de atendimento é atribuída à condição de rua desses cidadãos, que são considerados menos merecedores desse atendimento em comparação com a população com residência. Essa é outra expressão de violência institucional, agora perpetrada por servidores públicos de fora da Rede de Proteção à População em Situação de Rua do Município de São Paulo. Coincidentemente, na Política Municipal para População em Situação de Rua (PMPSR), instituída pela Lei nº 17.252/2019, o artigo 20 veda explicitamente o ato de negar e/ou discriminar atendimento à PSR por parte do SAMU.

No caso da Casa da Mulher Brasileira, os desafios estão relacionados a questões que mulheres com residência podem enfrentar, como a limitação de horário de atendimento nos fins de semana, a falta de vagas e os empecilhos para acolhimento de vítimas de violência que não possuem compreensão e intenção clara de denunciar seus agressores.

Por fim, tanto as mulheres usuárias quanto os gestores concordam que a moradia e o acesso ao emprego são fundamentais para a saída da condição de rua, devido ao seu papel redutor de danos. No entanto, a curta duração de políticas de ingresso produtivo, como o Programa Operação Trabalho (POT) e a incompletude da Rede de Proteção à População em Situação de Rua devido à ausência de políticas sociais que facilitem a aquisição de moradia assistida, e outras políticas nacionais, tornam a permanência na rua uma consequência de políticas paliativas que não possibilitam uma saída qualificada da situação de rua.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo tem como objetivo analisar as experiências das mulheres em situação de rua como usuárias de serviços públicos e de iniciativas do terceiro setor em São Paulo. Apesar de o município contar com uma rede robusta para atender às necessidades básicas dessa população, a estruturação de serviços específicos para mulheres em situação de rua foi lenta. Ainda existem desafios significativos na organização, infraestrutura, acesso e articulação entre os serviços, o que precariza o atendimento especializado e aumenta o sofrimento e as vulnerabilidades dessas mulheres.

Este estudo não conseguiu investigar outras redes de serviços de acolhimento para mulheres em situação de rua, o que impossibilitou comparações entre diferentes cidades. Futuras pesquisas poderiam explorar essa questão, além de investigar o processo de formulação das iniciativas, que não foi abordado devido ao foco dos entrevistados na implementação dos serviços. Também seria importante estudar o atendimento a subgrupos específicos, como mulheres trans, mulheres em situação de violência e aquelas com uso abusivo de substâncias, para enriquecer a discussão sobre as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por essas mulheres.

Dar visibilidade às iniciativas que atendem mulheres em situação de rua é essencial para melhorar e replicar boas práticas nos serviços oferecidos a essa população. Garantir que essas mulheres, que enfrentam múltiplas violências, recebam o suporte necessário para sair da vulnerabilidade e reconstruir suas vidas é fundamental. Este estudo contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, especialmente nos objetivos de Redução das Desigualdades (ODS 10) e Igualdade de Gênero (ODS 5).

## 7 REFERÊNCIAS

BISCOTTO, P. R.; JESUS, M.C. P.; SILVA, M. H.; OLIVEIRA, Merighi M. A. B. Understanding of the life experience of homeless women. **Rev Enferm USP**. 2016; 50 (5): 749-755.

BURT, Martha R.; COHEN, Barbara E. Differences among Homeless Single Women, Women with Children, and Single Men; *Social Problems*, Dec., 1989, Vol. 36, No. 5 (Dec., 1989), pp. 508-524. Published by: **Oxford University Press** on behalf of the Society for the Study of Social Problems.

COSTA, A. L. P. Política municipal de atendimento à população em situação de rua de Fortaleza / Ana Lúcia Peixoto Costa - 2013. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – **Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará**, Fortaleza, 2013.



JOHNSON, Alice K.; KREUGER, Larry W. Toward a Better Understanding of Homeless Women. **Oxford University Press**. Social Work , November 1989, Vol. 34, No. 6 (November 1989), pp. 537-540.

JESUS, Jaqueline Gomes de. trans-formações: poder e gênero nos novos tempos. **Anais do 18º Congresso Brasileiro de Psicodrama**. Brasília: Federação Brasileira de Psicodrama, 2012b.

MENDES, Lindalva G.; JORGE, Alzira O.; PILECCO, Flávia B. Social protection and production of care for transvestites and transgender women in homeless situation in the city of Belo Horizonte (MG). **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. Especial 8, p. 107-119, Dez. 2019.

MONTEIRO, Simone; BRIGADEIRO, Mauro. Experiences of transgender women/transvestites with access to health services: progress, limits, and tensions. Reports in public health. doi: 10.1590/0102-311X00111318. **Cad. Saúde Pública** 2019; 35(4):e00111318.

QUIROGA, Júnia; NOVO, Marina. Elas da Rua: População em Situação de Rua e a Questão de Gênero. In: CUNHA, J. V. Q. da; RODRIGUES, Mônica. (org.). Rua: Aprendendo a Contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Brasil, 2009. p. [155-188]

ROSA, A. S., & BRÊTAS, A. C. P. (2015). A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface** (Botucatu), 19(53), 275-285.

SALATINO, Laura Cavalcanti; MIRANDA, Juliana Rocha; LOTTA, Gabriela Spanghero. Políticas Públicas para Mulheres em Situação de Rua: Reflexões sobre Categorização e Julgamentos. *Revista Política Hoje*, v. 28, n.1, p. 225-249, 2019

SANCHOTENE, Iulla Portillo; DE ANTONI, Clarissa; MUNHÓS, Aline Assmann Ruas. MARIA, MARIA: conceptions about being a woman in a street situation. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 18, n. 1, p. 146-160, jan./jun. 2019.

SERAFINO, Irene; LUZ, Lila Cristina Xavier. Políticas para população adulta em situação de rua: questões para debate. R. Katál., **Florianópolis**, v. 18, n. 1, p. 74-85, jan./jun. 2015

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria I. Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, ISSN 16667 4280, vol. 17, nº 1 (2015).

SPINK, Peter Kevin. "O pesquisador conversador no cotidiano". **Fundação Getulio Vargas**, São Paulo, Brasil.

STONER, Madeleine R. The Plight of Homeless Women. **Social Service Review**, Dec., 1983, Vol. 57, No. 4 (Dec., 1983), pp. 565-581.